



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO

PROJETO BÁSICO Nº 15/ 2022 - SEADM-PV

1. **DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada na modernização da Unidade de Supervisão de Corrente Alternada - USCA, responsável por monitorar e comandar os grupos geradores diesel, objetivando atender a necessidade do Centro Regional de Porto Velho – CR-PV do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam.

Item	Descrição	SV	CATSER
01	Contratação de empresa especializada na modernização da Unidade de Supervisão de Corrente Alternada - USCA, através da aquisição com instalação de uma unidade controladora que possua as funções programáveis para as aplicações de AMF e MRS, opcionais para controle, configuração e monitoramento via internet, histórico para eventos e logs de desempenho com gravação em tempo real, com dispositivos de proteção do motor e alternador, possuir entradas e saídas configuráveis e possuir uma interface homem-máquina (IHM) com tela de display liquido ou tela de LCD, onde esta unidade irá substituir as duas unidades ST2000S descontinuadas, objetivando atender a necessidade do Centro Regional de Porto Velho - CRPV.	1	2356

1.2. A contratação será de acordo com a modalidade **Inexigibilidade**, enquadrada no *caput*, do artigo 25, da Lei nº8.666/93.

2. **DA JUSTIFICATIVA E O OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O processo de contratação em questão consiste no serviço de modernização da USCA – Unidade de Supervisão de Correntes Alternadas, responsável por monitorar e comandar os dois Grupos Motores Geradores diesel, potência nominal de 1125/1023KVA, cujo serviço consiste em aquisição com instalação de uma unidade controladora que possua as funções programáveis para as aplicações de AMF e MRS, opcionais para controle, configuração e monitoramento via internet, histórico para eventos e logs de desempenho com gravação em tempo real, com dispositivos de proteção do motor e alternador, possuir entradas e saídas configuráveis e possuir uma interface homem-máquina (IHM) com tela de display liquido ou tela de LCD, objetivando atender a necessidade do Centro Regional de Porto Velho - CRPV.

2.2. O sistema elétrico de alimentação de emergência é composto de 02 (dois) Grupos Geradores diesel, que são comandados e supervisionados por 02 (duas) Unidades de Corrente Alternada (USCA 1 e 2) fisicamente construídas em um mesmo painel. Estes Grupos Geradores permanecem em standby, prontos para entrar em carga. Quando ocorre falta de tensão de entrada da concessionária, um dos grupos é comandado para partir, caso ocorra alguma falha na partida, o outro grupo é acionado.

2.3. A vida útil de Geradores é medida em horas de funcionamento, podendo variar conforme a realização das manutenções, preditivas, preventivas e corretivas ao longo de sua vida, no entanto, essas máquinas possuem expectativa de vida útil acima de 50 mil horas antes de necessidade de manutenções mais aprofundadas. O CRPV possui dois grupos motores-geradores, sendo seus tempos de uso: Motor-Gerador 1 - 3.272 horas; Motor-Gerador 2 - 1.846 horas. A manutenção dos grupos motores-geradores são realizadas conforme seus planos de manutenção, assim o tempo de manutenção varia conforme necessidade dos subsistemas.

2.4. As USCAS são os equipamentos responsáveis por acionar, monitorar e comandar os grupos geradores. Portanto, são subsistemas do grupo gerador, essenciais para o seu funcionamento.

2.5. O estudo realizado pela equipe técnica do CRPV, em conjunto com a empresa terceirizada de manutenção predial, apontou que esse subsistema está em operação no CRPV desde a entrega das instalações, o que totaliza uma vida aproximada de 18 anos. A modernização visa realizar a troca dos controladores ST2000S, equipamentos obsoletos, por uma unidade controladora mais moderna, que caso vierem a parar de funcionar impossibilitariam a utilização dos Geradores. Assim, os benefícios desta modernização estão relacionados ao aumento da confiabilidade do sistema, sem causar mudanças ao sistema atual, com aumento da vida útil das USCAS, a disponibilidade de mais recursos tecnológicos, tendo como benefícios a melhora do serviço de monitoramento e o maior controle da eficiência energética.

2.6. O que mudará após esta contratação é que a ação de comandar os grupos geradores será através da controladora com funções programáveis, controle e monitoramento via internet, com gravação em tempo real e sistema de proteção dos Grupos Geradores, aumentando a vida útil das USCAS, diminuindo a necessidade de manutenções, uma vez que as atuais tem apresentado defeitos intermitentes. A contratação não terá influência na eficiência (consumo) do Grupo Motor Gerador.

2.7. A manutenção da USCA é realizada pela empresa terceirizada de manutenção predial do CRPV. O serviço de modernização bem como a aquisição de peças da marca STEMAC é exclusiva da Contratada pelo presente processo. Em caso de falência da Contratada, em virtude de atualmente a mesma encontrar-se em recuperação judicial, espera-se que outra empresa/fornecedor passe a executar tais serviços e comercializar as peças em questão. Para encontrar tal empresa, o demandante precisará realizar o contato com a ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, que é a responsável por atestar a exclusividade do referido fornecedor.

2.8. Justifica-se a escolha do fornecedor tendo em vista que, em atendimento ao que preconiza o inciso II, artigo 26, da Lei nº8.666/1993, trata-se de equipamento da marca STEMAC, o qual requer manutenção especializada, mediante assistência técnica especializada, visando garantir a segurança de outros componentes do sistema.

2.9. Conforme consta no Atestado de Exclusividade (5496286), a empresa STEMAC S/A GRUPOS GERADORES possui exclusividade nos produtos de sua marca e linha de fabricação. As duas Unidades de Supervisão de Corrente Alternada, do Centro Regional de Porto Velho, são de fabricação desta empresa e se enquadram na categoria de "Painéis de força em baixa e média tensão para grupos geradores, marca STEMAC". O serviço de modernização em questão irá contemplar a substituição de alguns componentes pertencentes a esta Unidade de Supervisão de Corrente Alternada, o que requer parametrizações, programações e compatibilidades com os demais componentes do equipamento.

2.10. Em virtude disto, foi juntado ao processo o atestado de exclusividade emitido pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE (5496286), declarando que a STEMAC S/A GRUPOS GERADORES é a representante legal e exclusiva no Brasil para projetar, comercializar, efetuar treinamento e prestar serviços de assistência técnica, dentre outros produtos, aos grupos geradores da marca STEMAC.

2.11. Diante disso, a contratação do serviço em tela será realizada pela modalidade de inexigibilidade de licitação, enquadrada *caput*, artigo 25, da Lei nº8.666/93.

2.12. É importante ressaltar que mesmo a contratada possuindo a exclusividade nos serviços de assistência técnica aos grupos geradores da marca STEMAC, existe a impossibilidade do enquadramento da despesa no inciso I, do artigo 25, da Lei nº8.666/93, pois conforme dispõe a ON nº 15 da AGU, este permissivo legal seria restrito para os casos de compras. Segue o teor do dispositivo:

Orientação Normativa/AGU nº 15, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S.1, p14):

"A contratação direta com fundamento na inexigibilidade prevista no art. 25, inc.I. Da Lei nº 8.666, de 1993, é restrita aos casos de compras, não podendo abranger serviços"

2.13. Também igualmente inviável a contratação direta com fundamento no inciso II, do mesmo artigo 25, em razão de que os serviços buscados não estarem enquadrados no rol de serviços técnicos numerados no artigo 13 da mesma Lei de Licitações.

2.14. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº9.507, de 21 de setembro 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de Manutenção e Projetos, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.15. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

2.16. A contratação pode ser classificada como serviço por escopo (serviço prestado sem continuidade) impondo ao contratado a prestação do serviço no prazo especificado conforme Projeto Básico.

2.17. Os serviços a serem realizados não possuem dedicação exclusiva de mão de obra.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. A despesa decorrente da contratação objeto do presente correrá à conta da dotação orçamentária conferida ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, para o exercício de 2022, sob a seguinte classificação contábil e orçamentária:

- a) Programa 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional
- b) Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia
- c) Fonte: 100

- d) Plano Orçamentário (PO): 0007 – Funcionamento e Manutenção do Censipam
- e) Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168640
- f) Natureza da Despesa: 33.90.39.17 - Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos
- g) Código do Sistema PTA/2022: 235/22 – Modernização da USCA.

4. DO CUSTO ESTIMADO

4.1. A contratação da empresa especializada na modernização da Unidade de Supervisão de Corrente Alternada - USCA, cuja empresa é a a STEMAC S/A GRUPOS GERADORES - CNPJ: 92.753.268/0052-62, conforme o Atestado de Exclusividade (5496286), terá o custo de R\$ 62.831,01 (sessenta e dois mil oitocentos e trinta e um reais e um centavo), conforme a proposta de preços apresentada (5496294).

4.2. O custo estimado encontra-se da seguinte forma:

Item	Descrição	Composição	Preço de Referência		TOTAL (R\$)
			Unitário (R\$)	Total (R\$)	
01	Contratação de empresa especializada na modernização da Unidade de Supervisão de Corrente Alternada - USCA, através da aquisição com instalação de uma unidade controladora que possua as funções programáveis para as aplicações de AMF e MRS, opcionais para controle, configuração e monitoramento via internet, histórico para eventos e logs de desempenho com gravação em tempo real, com dispositivos de proteção do motor e alternador, possuir entradas e saídas configuráveis e possuir uma interface homem-máquina (IHM) com tela de display liquido ou tela de LCD, onde esta unidade irá substituir as duas unidades ST2000S descontinuadas, objetivando atender a necessidade do Centro Regional de Porto Velho - CRPV.	Serviços Técnicos de Modernização, conforme item 5.2. deste Projeto Básico	41.375,86	41.375,86	62.831,01
		Peças, conforme item 5.3 deste Projeto Básico	21.455,15	21.455,15	

5. DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. A empresa fornecerá todos os materiais necessários para a execução dos serviços nas instalações do Censipam - Centro Regional de Porto Velho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

5.2. A empresa deverá executar os serviços propostos, conforme discriminação abaixo:

- a) Readequação do comando existente para implementação do novo comando automático modelo DSE732;
- b) Instalação de módulo para expansão de saídas DSE2157;
- c) Instalação de modulo para expansão de entradas DSE2130;
- d) Sistema "by-pass" para comando da USCA.

5.3. As peças a serem utilizadas serão as seguintes:

Item	Código	Quant.	Unidade	Descrição
1	51004201413	12	PC	CARTAO ICRT421504 AMARELO
2	51004201411	200	PC	LUVA 1,5...4MM² 15MM LT-10/15
3	67006700009	2	PC	MOD EXPANSAO 8 SAIDAS RELE DSE2157
4	67006700010	2	PC	MOD EXPANSAO 8 ENTR DSE2130

5	50005700016	400	M	CB C5 1,5MM² PVC 0,75KV 70°PT
6	50005400322	200	PC	ABRAC REGUL NYLON PT TAMANHO 02
7	52006000285	150	PC	TERM PINO TB ISOL PT SP 1,5MM²
8	50009300351	8	PC	ACOPL RELE 24VCC 2NAF 16A 788-312
9	50005700018	200	M	CB C5 2,5MM² PVC 0,75KV 70°PT
10	66002500090	100	M	CB PAR TRANC BLIND 24AWG 1PAR 7520009
11	50005400327	100	PC	ABRAC REGUL NYLON PT TAMANHO 03
12	67006600076	1	PC	AP CONTROL GMG 7320 MKII 8-36VCC
13	67006600076	1	PC	AP CONTROL GMG 7320 MKII 8-36VCC

5.4. Os serviços deverão ser executados dentro dos padrões de qualidade, disponibilidade e desempenho descritos neste Projeto Básico.

5.5. Quanto ao Relatório do Serviço, após a execução dos serviços relacionados ao item 5.2, serão coletados os dados de operação do Equipamento, obtidos através dos seus sensores instalados. Esses dados permitirão uma análise minuciosa de tendências operacionais da unidade.

6. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O serviço a ser realizado deverá obedecer criteriosamente o plano de manutenção do fabricante, conforme os serviços estabelecidos no item 5.2 deste Projeto Básico.

6.2. Os custos do frete e deslocamento entre as instalações da contratante e os locais de entrega, bem como os custos de transporte e seguro da carga transportada correrão por conta da contratada.

6.3. O prazo de conclusão dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do Contrato entre o Censipam e a CONTRATADA.

6.4. Os serviços serão executados no seguinte endereço: CENSIPAM - Centro Regional de Porto Velho - Av. Lauro Sodré, 6500 - Aeroporto, Porto Velho - RO, CEP 76803-260 no horário de 8:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas.

6.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pela equipe responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta.

6.6. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a única medição de serviços, até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 6.5 não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

6.8. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.9. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato.

7. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. A Contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas, utensílios e materiais de limpeza para execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e encaminhando os apontamentos a autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar à CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

8.4. Pagar a Contratada o valor resultante da prestação do serviço no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, para o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para a plena execução dos serviços;

9.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Projeto Básico, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

9.7. Manter durante a execução do serviço, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;

9.8. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.9. Não deverá permitir o descarte de óleos e fluídos e quaisquer resíduos de óleos na rede de esgoto e/ou pluvial, devendo a contratada possuir caixas separadoras de água e óleo, estando ligada diretamente na rede da Companhia de Saneamento Ambiental de Porto Velho.

10. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

10.1. Não será admitida a subcontratação.

11. **CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos materiais e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

11.2. O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do objeto.

11.3. A verificação da adequação da prestação do material deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

11.4. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos materiais para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.5. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do material com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

11.6. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do material em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no projeto básico e no Contrato.

11.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. **DAS AÇÕES DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

12.1. A CONTRATADA deverá atentar para os critérios de sustentabilidade de acordo com a Instrução Normativa nº1, de 19 de janeiro de 2010, art 5º dos critérios de sustentabilidade ambiental:

I - que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

II - que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

III - que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva R01-IS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

IV - Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com

produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

V - Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante usado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

VI - Efetuar o recolhimento do produto ou embalagem oriundos da prestação dos serviços, para fins de destinação final ambientalmente adequada, a cargo dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, conforme artigo 33 da Lei nº 12.305, de 2010, artigos 13 a 32 do Decreto 7.404, de 2010 e legislação correlata;

VII - Não utilizar na execução dos serviços, qualquer das substâncias que destroem a camada de Ozônio – SDO, abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente, CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, ou de qualquer produto ou equipamento que as contenha ou delas faça uso, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000 e legislação correlata;

VIII - Utilizar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela CONAMA;

IX - Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto 48.138, de 08 de outubro de 2003;

X - Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

XI - Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

XII - Instruir os seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;

XIII - A comercialização, importação e produção dos óleos lubrificantes citados no art. 2º da Resolução nº 804, de 2019 da ANP estão condicionados ao registro prévio na ANP; e

XIV - O produto envasilhado deverá possuir rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto.

12.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

12.3. A contratação também requer que a Contratante exerça práticas de sustentabilidade previstas no Projeto Básico, conforme disposto e orientado no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – Câmara Nacional de Sustentabilidade da Advocacia-Geral da União de Agosto de 2021 - 4ª Edição.

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do ateste da Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

13.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 10 (dez) dias, após o recebimento definitivo, com comprovação de condições de habilitação e regularidade fiscal, mediante consulta ao SICAF.

13.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado a este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura, apresentada em relação a aquisição dos materiais, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas na IN/SEGES nº 05/2017.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.5. Caso se constate a falta da manutenção das condições exigidas para habilitação poderá ser concedido um prazo para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

13.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.7. Antes dos pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação.

13.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do objeto, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o objeto em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

13.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

- $EM = I \times N \times VP$, sendo:
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela a ser paga.
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ $TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%.$
------------	---------------------------	---

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data limite para a apresentação das propostas.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. A finalidade da garantia contratual é assegurar a plena execução do Contrato e evitar prejuízos ao erário. A partir do momento da entrega totalitária do objeto e este for aceito pela equipe de fiscalização, conclui-se que todas as obrigações da contratada foram atendidas e não havendo a necessidade por parte da mesma de apresentar a garantia contratual.

15.1.2. Pagamento do serviço após finalização do objeto contratado.

16. DA GARANTIA DO SERVIÇO

16.1. A garantia para os serviços, partes e peças é de 6 (seis) meses, sendo 3 (três) meses de garantia legal (conforme Código de Defesa do Consumidor) e mais 3 (três) meses de garantia STEMAC, a contar da data de emissão da Nota Fiscal de Venda, conforme item 2 do documento "Política de Garantia de Serviços e Peças" (4719250), anexo a este Projeto Básico.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

- 17.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 17.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 17.1.3. Fraudar na execução do Contrato;
- 17.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 17.1.6. Não mantiver a proposta.

17.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

17.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

17.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

- 17.2.3.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 17.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar no âmbito do CENSIPAM e com todas as unidades abarcadas pelo MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), pelo prazo de até dois anos.
- 17.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 17.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 17.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
- 17.3.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 17.3.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- 17.3.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 17.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 17.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.
- 17.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17.7. As multas e outras penalidades somente poderão ser relevadas pelo CONTRATANTE, nos casos de força maior devidamente comprovado por escrito, e para os quais não tenha dado causa a CONTRATADA.
- 17.8. Entende-se por motivo de força maior, para efeito de penalidades e sanções, o ato de inimigo público, guerra, bloqueio, insurreições, levantes, epidemias, tempestades, raios, enchentes, perturbações civis, explosões, greves, ou quaisquer outros acontecimentos semelhantes aos acima enumerados ou de força equivalente, que fujam ao controle razoável de qualquer das partes interessadas, que, mesmo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência.
- 17.9. A CONTRATADA deverá comunicar os fatos de força maior ao CONTRATANTE, dentro do prazo de 02 (dois) dias consecutivos a contar de sua verificação e apresentar os documentos da respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.
- 17.10. A CONTRATANTE, no prazo máximo de até 05 (cinco) dias consecutivos, contados do recebimento dos documentos de comprovação, deverá aceitar ou recusar os motivos alegados, oferecendo por escrito, as razões de sua eventual aceitação ou recusa.
- 17.11. A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei nº 8.666/93 inclusive responsabilização da vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.
- 17.12. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo CONTRATANTE.
- 17.13. O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal, ou crédito existente no CONTRATANTE, em favor da contratada vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.
- 17.14. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor de Administração e Finanças do CONTRATANTE, devidamente justificado.
- 17.15. As sanções previstas no Contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 17.16. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme dispostos nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/93.

18. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 18.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses e inicia-se com a assinatura do Contrato, sendo este improrrogável, na forma da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

19. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS

- 19.1. Encontram-se anexos ao Processo, os seguintes documentos:
- 19.1.1. Estudo Técnico Preliminar nº 42/2021 (5536856);
- 19.1.2. Atestado de Exclusividade (5496286);
- 19.1.3. Proposta de Preços (5496294); e

19.1.4. Política de Garantia STEMAC - serviços e peças (4719250).

Porto Velho - RO, 31 de agosto de 2022.

ELABORAÇÃO:

LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO
Integrante Requisitante

MARCUS VINÍCIUS OLIVEIRA BRAGA
Integrante Técnico

JOSÉ ONALDO DE SOUZA JUNIOR
Integrante Administrativo

AUTORIZAÇÃO:

ROSEVAL SERRADO LEITE
Gerente do Centro Regional de Porto Velho

APROVAÇÃO :

Declaro haver previsão de recursos orçamentários que asseguram o pagamento das obrigações, de acordo com o artigo 7º, § 2º, inciso II e III, da Lei nº 8.666/93.

EDUARDO SHIGERU MITANI
Ordenador de Despesas

Aprovo este Projeto Básico, de acordo com o artigo 7º, §2º e §9º, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

SÉRGIO NATHAN MARINHO GOLDSTEIN
Diretor de Administração e Finanças



Documento assinado eletronicamente por **LUAN GOUVÊA ALVES ESTÁCIO, Assessor(a)**, em 31/08/2022, às 16:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **José Onaldo de Souza Júnior, Assessor(a)**, em 31/08/2022, às 16:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Oliveira Braga, Assessor(a)**, em 01/09/2022, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Roseval Serrado Leite, Gerente do Centro Regional**, em 01/09/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Shigeru Mitani, Diretor(a) Substituto(a)**, em 12/09/2022, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **5536694** e o código CRC **31F7B61F**.